



# PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2012







## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro	15
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB	23
5.2.3. Limite mínimo de 2% de gastos com a Educação Especial (Art. 212, inciso	VII,
da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 02/2002)	26
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO	
ADOLESCENTE - FIA	31
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	22
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE	32
FISCAL - LRF	36
9. RESTRIÇÕES APURADAS	
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012	40
CONCLUSÃO	40
ANEXO	
APÊNDICE	44





PROCESSO	PCP 13/00303252
UNIDADE	Município de <b>Ipumirim</b>
RESPONSÁVEL	Sr. Valdir Zanella - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2012
RELATÓRIO N°	2050/2013

### **INTRODUÇÃO**

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Ipumirim, relativas ao exercício de 2012.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2012 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Ipumirim, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 23/10/2013.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de



forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Colonizada por italianos no início do século XX, Ipumirim tornou-se município em 1963, quando se emancipou de Concórdia.

O Município de Ipumirim tem uma população estimada em 7.268<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 188.633.515,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 26.126,53, considerando uma população estimada em 2010 de 7.220 habitantes.

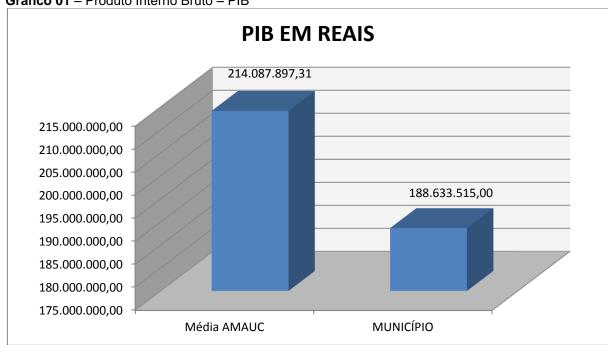


Gráfico 01 - Produto Interno Bruto - PIB

**Fonte:** IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Ipumirim encontra-se na seguinte situação:

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> IBGE - 2012

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2010





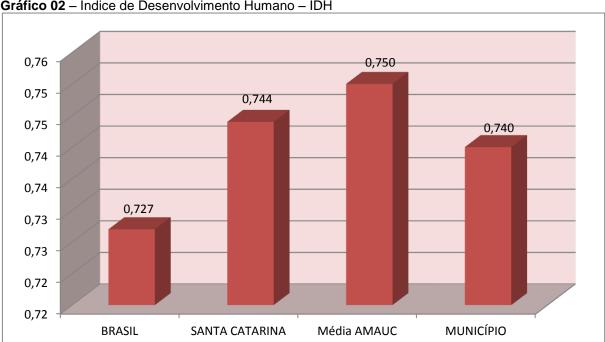


Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Fonte: PNUD - 2010

## 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 - Leis Orçamentárias

RECEITA 17.93	DATA DAS AUDIÊNCIAS	EIS	l
ESTIMADA 17.95	09/09/2009	1598/2011	PPA
DESPESA 17.93	12/09/2011	1671/2011	LDO
FIXADA 17.93	10/11/2011	1677/2011	LOA





#### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.051.701,48**, correspondendo a **5,61%** da receita arrecadada.

Após os ajustes da receita e despesa o município apresentou Déficit de **R\$ 1.054.401,48**.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.054.401,48, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 919.516,08 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 134.885,40.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.975.758,43), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 - Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) - 2012

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	17.937.040,00	18.755.398,25	104,56
DESPESA (considerando as	20.983.326,68	19.807.099,73	94,39
alterações orçamentárias)	20.903.320,00	19.007.099,73	94,39
Déficit de Execução Orçamentária		1.051.701,48	
Resultado	Orçamentário Consolidad	lo Ajustado	
RECEITA	17.937.040,00	18.755.398,25	104,56
DESPESA (considerando as	20.983.326,68	19.809.799,73	94,41
alterações orçamentárias)	20.903.320,00	19.009.799,73	94,41
Déficit de Execução Orçamentária	1.054.401,48		

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Quadro 02 - A - Ajustes do Resultado Orçamentário Consolidado

Descrição	Valor
Prefeitura Municipal: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas (ajuste do exercício atual) (Resposta ao Oficio Circular 7.020/2013, item A.2 fls. 198 dos autos)	2.700,00
Total adicionado na Despesa Orçamentária	2.700,00

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado e o resultado da execução orçamentária ajustada refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar, no valor de R\$ 8.799,00.

Obs.: Com relação às despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não empenhadas no exercício em análise da Unidade Prefeitura Municipal, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.





### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Ipumirim nos últimos 5 anos:

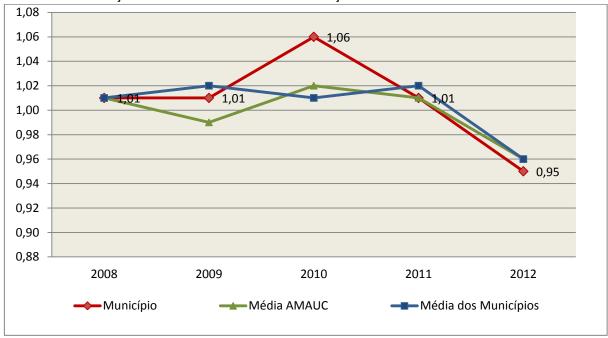
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orcamentário – Aiustado – 2008-2012

	ITENS / ANO	2008	2009	2010	2011	2012
1	Receita realizada	12.995.679,98	13.640.112,37	14.827.619,29	19.348.111,24	18.755.398,25
2	Despesa executada	12.908.277,15	13.552.414,75	13.931.864,64	19.110.458,89	19.809.799,73
	QUOCIENTE	2008	2009	2010	2011	2012
Re	esultado Orçamentário (1÷2)	1,01	1,01	1,06	1,01	0,95

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 - Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2008 - 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.





#### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 18.755.398,25**, equivalendo a **104,56%** da receita orçada.

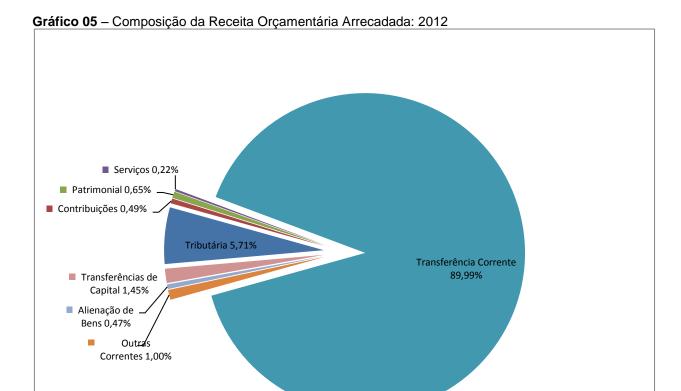
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 - Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2012

RECEITA POR ORIGEM	RECEITA POR ORIGEM PREVISÃO ARRECADAÇÃO		% ARRECADADO
Receita Tributária	898.400,00	1.071.723,79	119,29
Receita de Contribuições	86.400,00	92.746,28	107,35
Receita Patrimonial	196.400,00	121.658,22	61,94
Receita de Serviços	53.900,00	42.159,72	78,22
Transferências Correntes	16.232.840,00	16.878.376,74	103,98
Outras Receitas Correntes	69.100,00	187.592,30	271,48
RECEITA CORRENTE	17.537.040,00	18.394.257,05	104,89
Alienação de Bens	-	89.013,20	-
Transferências de Capital	400.000,00	272.128,00	68,03
RECEITA DE CAPITAL	400.000,00	361.141,20	90,29
TOTAL DA RECEITA	17.937.040,00	18.755.398,25	104,56

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.





Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **89,99%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como "esforço tributário". O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.



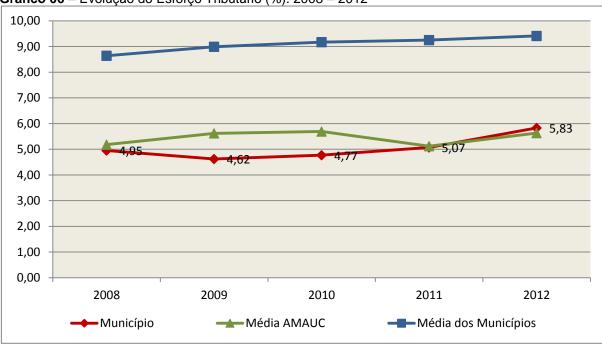


Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2008 – 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado per capita nos últimos 5 (cinco) anos.

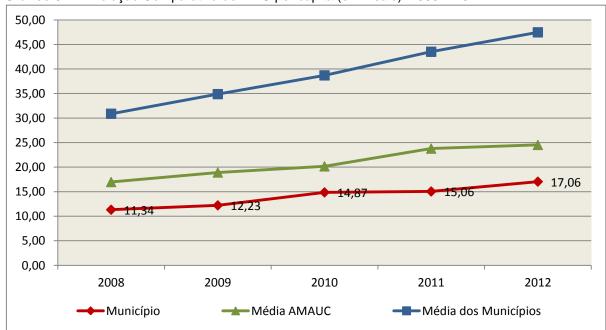


Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2008 – 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.



A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

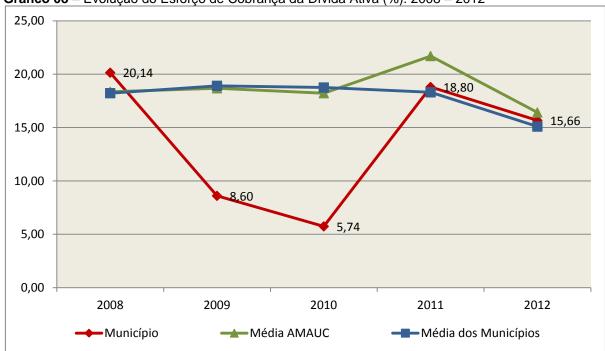
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2012

_	Saldo nterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
231	1.497,56	121.480,86	62.041,94	0,00	36.245,41	0,00	378.774,95

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, temse a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2012

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	672.000,00	508.818,07	75,72
03-Essencial à Justiça	44.000,00	43.661,39	99,23
04-Administração	2.010.224,32	2.009.920,79	99,98
06-Segurança Pública	48.000,00	48.000,00	100,00
08-Assistência Social	717.294,78	684.861,43	95,48



DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO¹ (R\$)	EXECUÇÃO² (R\$)	% EXECUTADO
10-Saúde	5.342.565,48	5.246.303,78	98,20
12-Educação	5.030.489,43	4.673.029,27	92,89
13-Cultura	75.000,00	74.986,28	99,98
15-Urbanismo	1.890.834,66	1.472.740,75	77,89
18-Gestão Ambiental	45.765,00	45.757,92	99,98
20-Agricultura	1.228.037,56	1.227.667,37	99,97
23-Comércio e Serviços	225.000,00	225.000,00	100,00
26-Transporte	2.074.607,63	2.061.747,47	99,38
27-Desporto e Lazer	352.418,14	352.235,81	99,95
28-Encargos Especiais	1.149.789,50	1.132.369,40	98,48
99-Reserva de Contingência	77.300,18	-	
TOTAL DA DESPESA	20.983.326,68	19.807.099,73	94,39

Fontes: <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

0,00 2.000.000,00 4.000.000,00 6.000.000,00 01-Legislativa 75.72 03-Essencial à Justiça 99,23 04-Administração 99,98 06-Segurança Pública 100,00 08-Assistência Social 95,48 10-Saúde 98,20 12-Educação AUTORIZAÇÃO 92,89 13-Cultura 99,98 ■ EXECUÇÃO 15-Urbanismo 77,89 18-Gestão Ambiental 99,98 20-Agricultura 99,97 23-Comércio e Serviços 100,00 26-Transporte 99,38 27-Desporto e Lazer 99,95 28-Encargos Especiais 98,48 99-Reserva de Contingência

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2012

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.



A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2008 – 2012

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
01-Legislativa	346.434,87	377.764,14	466.264,45	532.304,74	508.818,07
03-Essencial à Justiça	-	27.705,37	34.855,01	30.694,07	43.661,39
04-Administração	1.112.941,73	1.114.125,68	1.497.487,47	1.782.268,57	2.009.920,79
06-Segurança Pública	46.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00
08-Assistência Social	447.547,20	513.320,73	692.925,36	572.308,04	684.861,43
10-Saúde	2.529.454,86	2.396.656,65	3.404.983,24	4.573.387,32	5.246.303,78
11-Trabalho	14.400,00	1.200,00	-	-	-
12-Educação	2.845.441,49	2.754.991,52	3.243.289,06	4.210.840,73	4.673.029,27
13-Cultura	216.370,54	47.402,31	92.464,06	100.854,57	74.986,28
15-Urbanismo	1.022.367,69	2.071.026,53	742.640,59	1.293.819,23	1.472.740,75
16-Habitação	39.590,00	-	20.008,70	9.261,75	-
18-Gestão Ambiental	83.164,39	36.868,75	15.780,73	20.300,00	45.757,92
20-Agricultura	1.087.475,05	1.657.066,93	1.053.651,85	1.548.232,43	1.227.667,37
23-Comércio e Serviços	37.127,22	5.840,00	29.672,06	168.801,29	225.000,00
26-Transporte	1.879.511,43	1.182.512,94	1.395.511,38	2.930.971,22	2.061.747,47
27-Desporto e Lazer	498.347,81	359.634,34	291.493,00	346.773,50	352.235,81
28-Encargos Especiais	702.102,87	958.298,86	902.837,68	941.641,43	1.132.369,40
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	12.908.277,15	13.552.414,75	13.931.864,64	19.110.458,89	19.807.099,73

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08** – Apuração da Receita com Impostos: 2012

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	123.988,77	0,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	486.440,68	2,96
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	270.702,93	1,65
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	134.333,91	0,82
Cota do ICMS	9.410.027,69	57,36
Cota-Parte do IPVA	619.629,07	3,78
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	151.353,76	0,92





RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do FPM	5.136.670,93	31,31
Cota do ITR	3.888,75	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	48.351,46	0,29
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	15.780,86	0,10
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	5.386,52	0,03
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	16.406.555,33	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2012

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	21.424.820,36
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	3.030.563,31
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.394.257,05

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

### 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.





### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 - Balanço Patrimonial do Município de Ipumirim (em Reais): 2011 - 2012

ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
Financeiro	2.597.070,78	1.155.755,47	Financeiro	621.312,35	222.899,5
Disponível	2.597.070,78	1.155.755,47	Depósitos	6.710,15	9.534,3
Bancos Conta Movimento	1.651.764,48	780.438,79	Consignações	63,25	
Bancos Conta Vinculada	945.306,30	375.316,68	Depósitos de Diversas Origens	6.646,90	9.534,3
			Restos a Pagar	614.602,20	213.365,2
			Obrigações a Pagar	614.602,20	213.365,2
Permanente	12.744.263,27	14.131.331,03	Permanente	1.178.132,70	969.091,56
Créditos	148.960,29	30.560,90	Dívida Fundada	1.000.373,05	833.333,36
Devedores - Entidades e	148.960,29	30.560,90	Débitos Consolidados	177.759,65	135.758,20
Agentes			Dívidas Renegociadas	55.123,67	13.122,22
Dívida Ativa	231.497,56	378.774,95	Obrigações Legais e	122.635,98	122.635,98
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	12.133,99	30.888,58	Tributarias		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	219.363,57	347.886,37	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo	1.666.18	2.768,52	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	1.666,18	2.768,52	Longo i razo		
Imobilizado	12.362.139,24	13.719.226,66			
Bens Móveis e Imóveis	12.362.139,24	13.719.226,66			
Bens Imóveis	4.270.126,22	4.790.423,62			
Bens Móveis	8.092.013,02	8.928.803,04			
ATIVO REAL	15.341.334,05	15.287.086,50	PASSIVO REAL	1.799.445,05	1.191.991,08
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	13.541.889,00	14.095.095,42
			Ativo Real Líquido	13.541.889,00	14.095.095,42
TOTAL	15.341.334,05	15.287.086,50	TOTAL	15.341.334,05	15.287.086,50

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

#### 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.



O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 930.155,95** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,20** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$** 1.045.602,48 passando de um Superávit de **R\$** 1.975.758,43 para um Superávit de **R\$** 930.155,95.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de R\$ 479.783.40.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2011 - 2012

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	2.597.070,78	1.155.755,47	-1.441.315,31
Passivo Financeiro	621.312,35	225.599,52	-395.712,83
Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado	1.975.758,43	930.155,95	-1.045.602,48

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

Quadro 11 - A - Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
Descrição	Valor
Prefeitura: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou não	
empenhadas – Ajuste exercício atual (Resposta ao Oficio Circular	2.700,00
7.020/2013, item A.2 fls. 198 dos autos)	
Total acrescido no Saldo Final do Passivo Financeiro	2.700,00

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:



Quadro 12 - Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira - 2008 - 2012

ITENS / ANO	2008	2009	2010	2011	2012
1 Despesa Executada	12.908.277,15	13.552.414,75	13.931.864,64	19.110.458,89	19.807.099,73
2 Restos a Pagar	328.103,93	1.071.688,69	536.251,19	614.602,20	213.365,22
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.071.264,39	1.899.304,58	2.261.315,32	2.597.070,78	1.155.755,47
4 Passivo Financeiro Ajustado	354.047,80	1.075.628,55	537.969,99	621.312,35	225.599,52
5 Ativo Real	9.476.168,43	11.827.913,98	13.243.032,21	15.341.334,05	15.287.086,50
6 Passivo Real	1.298.823,17	1.575.691,48	929.801,75	1.799.445,05	1.191.991,08
QUOCIENTES	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Patrimonial (5÷6)	7,30	7,51	14,24	8,53	12,82
Situação Financeira (3÷4)	3,03	1,77	4,20	4,18	5,12
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,54	7,91	3,85	3,22	1,08

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

25,00 20,00 15,00 12,82 10,00 7,51 5,00 0,00 2008 2009 2010 2011 2012 Média AMAUC Município ■ Média dos Municípios

Gráfico 10 - Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2008 - 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.



Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2012 o Ativo Real apresenta-se **12,82** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

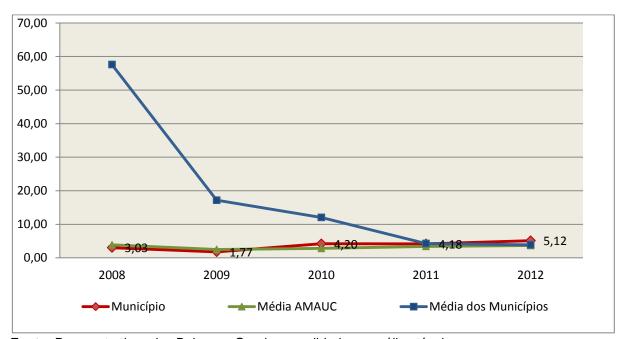


Gráfico 11 - Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2008 - 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2012 o Ativo Financeiro representa **5,12** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.



A situação apresentada pelo Município de Ipumirim é demonstrada no gráfico a seguir:

9,00 8,00 7,00 6,00 5,00 4,00 3,00 2,54 2,00 1,00 0,00 2008 2009 2010 2011 2012 Município ★ Média AMAUC ■ Média dos Municípios

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2008 – 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **1,08%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

#### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2012 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de R\$ 3.712.244,65 em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a 22,63% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de





R\$ 1.251.261,35, representando 7,63% do mesmo parâmetro, CUMPRINDO o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 - Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	16.406.555,33	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.246.303,78	31,98
Atenção Básica	3.472.585,54	21,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.635.253,00	9,97
Suporte Profilático e Terapêutico	22.000,00	0,13
Vigilância Sanitária	82.651,59	0,50
Vigilância Epidemiológica	33.813,65	0,21
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.534.059,13	9,35
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	3.712.244,65	22,63
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.460.983,30	15,00
Valor Acima do Limite	1.251.261,35	7,63

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

<sup>\*</sup>Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

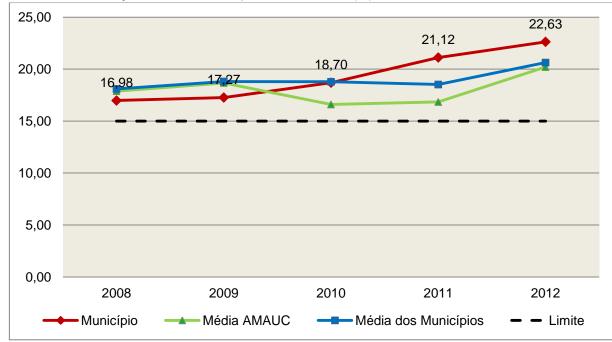


Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2008 – 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipumirim em 2012 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

#### 5.2. Ensino

#### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2012) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.217.262,79** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **25,70**% da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 115.623,96**, representando **0,70**% do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:



Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	16.406.555,33	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	957.579,01	5,84
Educação Infantil	957.579,01	5,84
Valor Aplicado Ensino Fundamental	3.229.658,33	19,69
Ensino Fundamental	3.229.658,33	19,69
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	627.646,94	3,83
(+) Perda com FUNDEB	671.144,76	4,09
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	13.472,37	0,08
Total das Despesas para efeito de Cálculo	4.217.262,79	25,70
Valor Mínimo a ser Aplicado	4.101.638,83	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	115.623,96	0,70

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

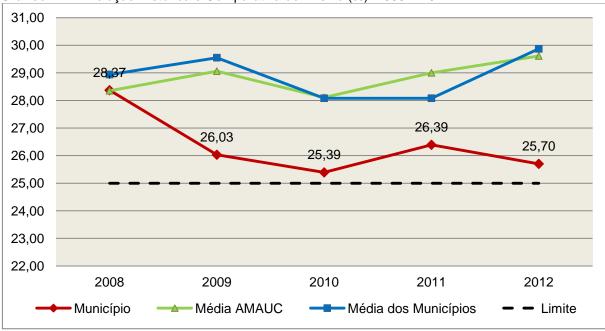


Gráfico 14 - Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2008 - 2012

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Ipumirim em 2012 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

<sup>\*</sup>Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.



#### **5.2.2. FUNDEB**

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.015.558,46**, equivalendo a **84,94**% dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

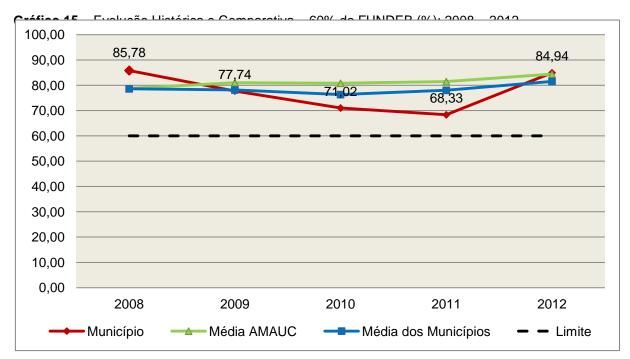
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	2.359.418,55
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	13.472,37
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	2.372.890,92
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.423.734,55
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB - Grupos de fontes de recurso 1 e 2, Especificação da Destinação  18, Sistema e-Sfinge (valores empenhados, liquidados e pagos)	2.015.558,46
Valor Acima do Limite	591.823,91

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:





Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 2.363.694,92**, equivalendo a **99,61%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2012

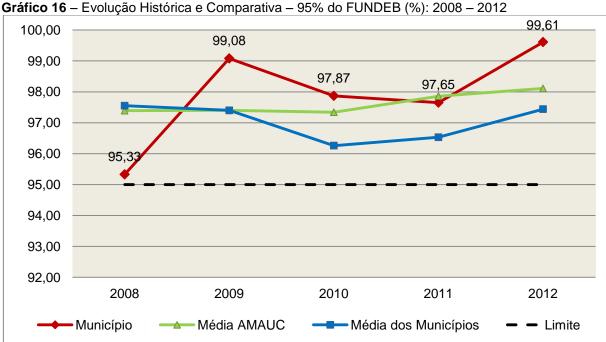
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	2.372.890,92
95% dos Recursos do FUNDEB	2.254.246,37
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	2.363.694,92
Valor Acima do Limite	109.448,55

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).



O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Ipumirim ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1° trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 46.397,99, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.



Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2012: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012	9.196,00
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	9.196,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

# 5.2.3. Limite mínimo de 2% de gastos com a Educação Especial (Art. 212, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal com redação dada pela Emenda nº 02/2002)

**Limite**: mínimo de 2% (dois por cento) em gastos com a Educação Especial, do montante dos recursos de que trata o artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica (2% sobre o valor mínimo apurado que o Município deverá aplicar com Ensino de acordo com o artigo 212 da Constituição Federal).

A apuração das despesas com a Educação Especial pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro - Apuração das Despesas com a Educação Especial: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	16.406.555,33	100,00
25% da Receita de Impostos	4.101.638,83	25,00
Valor aplicado na Educação Especial (12.367)	50.643,19	1,23
Valor Mínimo a ser Aplicado (2%)	82.032,78	2,00
Valor abaixo do Limite	31.389,59	0,77

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Apurou-se que o Município realizou despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Especial no valor de R\$ 50.643,19, representando 1,23% do montante correspondente a 2% sobre os 25% da receita provenientes de impostos, compreendida a proveniente de transferências (R\$ 16.406.555,33), quando o percentual previsto na Lei Orgânica do Município de 2,00% representaria gastos da ordem de R\$ 82.032,78, configurando, portanto, aplicação a menor de R\$ 31.389,59 ou 0,77%, DESCUMPRINDO o



disposto no artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica do Município com redação dada pela Emenda nº 02/2002 (vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório).

#### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.394.257,05	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	11.036.554,23	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	8.988.181,28	48,86
Pessoal e Encargos	8.988.181,28	48,86
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	370.962,51	2,02
Pessoal e Encargos	370.962,51	2,02
Total das deduções das despesas com pessoal*	40.441,34	0,22
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	9.318.702,45	50,66
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.717.851,78	9,34

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

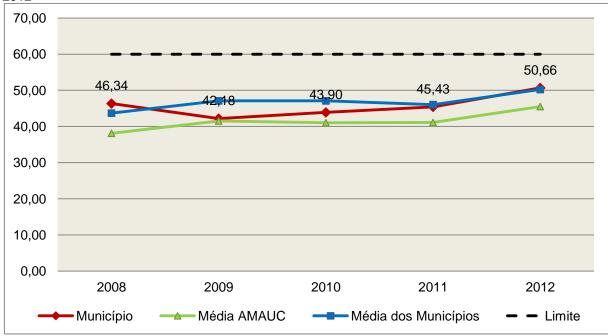
No exercício em exame, o Município gastou **50,66%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

<sup>\*</sup>Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.



**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Ipumirim, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.394.257,05	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.932.898,81	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	8.988.181,28	48,86
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	40.441,34	0,22
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	8.947.739,94	48,64
Valor Abaixo do Limite (54%)	985.158,87	5,36

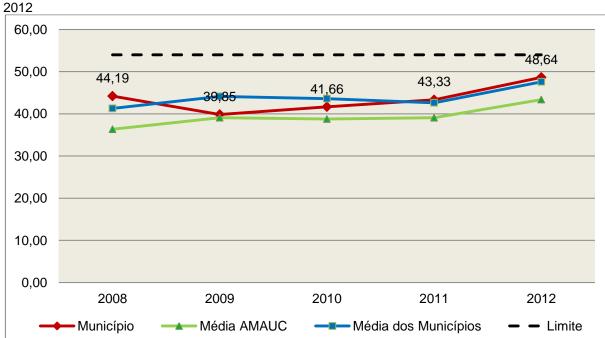
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

<sup>\*</sup>Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.



O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **48,64%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:



**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2008 –

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2012

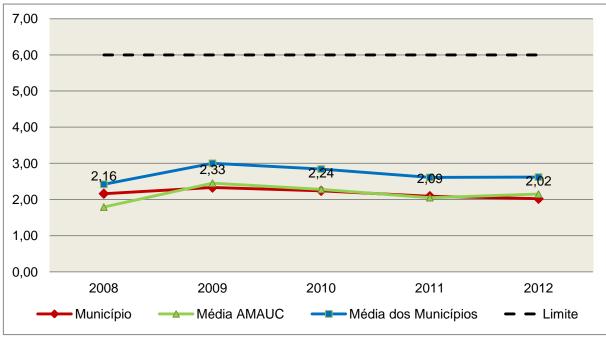
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	18.394.257,05	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.103.655,42	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	370.962,51	2,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	370.962,51	2,02
Valor Abaixo do Limite (6%)	732.692,91	3,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,02%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 19** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

<sup>\*</sup>Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.





## 6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da





Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos diretos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4°, caput e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d" combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Ipumirim, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 20.809,70) representa 0,15% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 14.051.977,88).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 162 a 188 dos autos, verifica-se que:

- 1) A nominata dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está acostada aos autos, às fls. 172 a 175 dos autos. Entretanto, não foram encaminhados os atos de posse;
- 2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;
- 3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;
- 4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Prefeitura, conforme fls. 178.

## 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e





financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

 I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

 II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

 II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

- I 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;
- II 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;
- III 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo."





O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar n° 101/2000 alterado pela Lei Complementar n° 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal n° 7.185/2010, que em seu artigo 1° assim determina:

Art. 1° A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1°, § 3°, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2° O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2° Para fins deste Decreto, entende-se por:

[ - [...] ]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subseqüente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4° Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

l - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; eIII - [...]

Art. 7° Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para





disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

- I quanto à despesa:
- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso:
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Ipumirim**, com base na população estimada quando a Lei Complementar n° 131/2009 entrou em vigor (População de 7.360 habitantes, IBGE – 2008), acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei inicia-se no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Ipumirim** não possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alerta-se que a partir do mês de maio de 2013 tornou-se obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e com o Decreto Federal nº 7.185/2010 (fls. 199 dos autos).





## 8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, que "aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

- c) destinação vinculada: são códigos que especificam a vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, de acordo com suas finalidades. Ex.: convênios e operações de crédito;
- d) destinação ordinária: são códigos em que a alocação entre a origem e aplicação de recursos é livre. Ex.: receita de taxas e impostos.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

e) Para a disponibilidade de caixa: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas Financeiras do Ativo Financeiro (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2012, os quais necessariamente devem ser aqueles utilizados para abertura do exercício seguinte.

No caso específico das contas do exercício de 2012, considerando a implementação de "conta corrente específica" no sistema e\_sfinge para





discriminação das fontes a partir de 2013, foi efetuada conferência entre os dados de encerramento do exercício de 2012 e de abertura do exercício de 2013, utilizando-se sempre os valores de coincidiam com o Ativo Financeiro.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto no Sistema Financeiro como no Sistema Compensado, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

f) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2012 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2012) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2012.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2012 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo Financeiro), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo Financeiro, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

- Depósitos total dos Depósitos em 31/12/2012, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;
- 2) Despesas liquidadas e não pagas total em 31/12/2012, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a dada da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.
- 3) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores saldo em 31/12/2012 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.



4) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2012, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: auditorias; respostas dos ofícios circulares n.º 7.020/2013, 7.021/2013 e 7.022/2013; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e consequentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de **Ipumirim**, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 20 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
12 - Serviços de Saúde	10.592,90	Cumpriu
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,05	Cumpriu
<ul> <li>18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 976,29</li> <li>19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 8.219,71</li> </ul>	9.196,00	Cumpriu
23 - Transferências de Convênios - Saúde	287.891,38	Cumpriu
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	4.656,99	Cumpriu
43 - Outras Especificações	0,00	Cumpriu
44 - Fundo Especial do Petróleo	6.658,25	Cumpriu
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	457,26	Cumpriu
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	17.561,28	Cumpriu
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	20.331,13	Cumpriu
58 - Salário Educação	7.877,27	Cumpriu
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	19.489,12	Cumpriu





FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	4.647,10	Cumpriu
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	12.605,00	Cumpriu
63 - Bolsa Família	19.856,62	Cumpriu
64 - Atenção Básica	142.204,80	Cumpriu
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.392,07	Cumpriu
66 - Vigilância em Saúde	13.017,12	Cumpriu
67 - Assistência Farmacêutica Básica	8.884,20	Cumpriu
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	58.240,97	Cumpriu
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	348.380,78	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	64.347,56	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	24.845,26	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	437.573,60	Cumpriu

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias e resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior (Quadro 20), verificou-se que o Poder Executivo do Município de IPUMIRIM não contraiu obrigações de despesa sem disponibilidade de caixa, tanto com RECURSOS ORDINÁRIOS como com VINCULADOS, restando evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

## 9. RESTRIÇÕES APURADAS

- 9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL
- 9.1.1 Realização de despesas, no montante de **R\$ 2.700,00**, liquidadas e não empenhadas no exercício de 2012, em desacordo com os artigos 35, II e 60 da Lei nº 4.320/64. (Resposta ao Ofício Circular 7.020/2013, item A.2 fls. 198 dos autos);
- 9.1.2 Despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Especial no valor de R\$ 50.643,19, representando 1,23% do montante correspondente a 2% sobre os 25% da receita provenientes de impostos, compreendida a proveniente de transferências (R\$ 16.406.555,33), quando o percentual previsto na Lei Orgânica do Município de 2,00% representaria gastos da ordem de R\$ 82.032,78, configurando, portanto, R\$ 31.389,59 aplicação а menor de ou **DESCUMPRINDO** o disposto no artigo 212, inciso VII, da Lei Orgânica do Município com redação dada pela Emenda nº 02/2002 (Item 5.2.3).





## 10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012

#### Quadro 21 - Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.							
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 1.054.401,48						
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 930.155,95						
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO						
4.1) Saúde	15,00%	22,63%						
4.2) Ensino	25,00%	25,70%						
4.3) FUNDEB	60,00%	84,94%						
4.3) FUNDED	95,00%	99,61%						
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO						
a) Município	60,00%	50,66%						
b) Poder Executivo	54,00%	48,64%						
c) Poder Legislativo	6,00%	2,02%						
4.5) Art. 42 da L.C. 101/00	CUMPRIU							

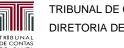
#### **CONCLUSÃO**

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2012 do Município de Ipumirim**.





Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

- I RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;
- II RECOMENDAR ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6
   Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências em relação ao apontado no Capítulo 7 Do Cumprimento da Lei Complementar n° 131/2009 e do Decreto Federal n° 7.185/2010 em face da obrigatoriedade de atendimento destes dispositivos legais a partir de maio de 2013;
- IV **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 23/10/2013.

ODINELIA ELEUTERIO KUHNEN

Auditor Fiscal de Controle Externo

LÚCIA HELENA GARCIA

Auditor Fiscal de Controle Externo

Chefe da Divisão 9

De Acordo Em 23/10/2013.

SALETE OLIVEIRA

Coordenadora de Controle
Inspetoria 3



Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

# KLIWER SCHMITT Diretor Diretoria de Controle dos Municípios



## **ANEXO**

#### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.526.158,13
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.401,00
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	2.500,00
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.534.059,13

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	7.673,61
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	613.700,99
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	6.272,34
Total das deduções das despesas com Educação Básica	627.646,94

## Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	12.554,93
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	27.886,41
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	40.441,34
Total das deduções das despesas com pessoal	40.441,34



## **APÊNDICE**

## Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2012	301	131.470,97	120.878,07	120.878,07
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2012	301	234.254,30	234.254,30	234.254,30
64 - Atenção Básica	2012	301	887.371,26	887.371,26	887.371,26
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2012	302	128.611,74	128.611,74	128.611,74
66 - Vigilância em Saúde	2012	301	21.000,00	21.000,00	21.000,00
66 - Vigilância em Saúde	2012	304	4.651,59	4.651,59	4.651,59
66 - Vigilância em Saúde	2012	305	10.813,65	10.813,65	10.813,65
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2012	301	107.984,62	107.984,62	107.984,62
TOTAL			1.526.158,13	1.515.565,23	1.515.565,23

## Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub	N°	Data	Credor	Valor	Valor	Valor	Histórico
		Função	Empenho	Empenho		Empenho	Liquidação	Pagamento	
						(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	110	17/01/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	446	20/03/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1028	25/06/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1485	19/09/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	222	08/02/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	556	03/04/2012	VILSO PRUDENTE	381,00	381,00	381,00	DESPESA EMPENHADA PARA O FORNECIMENTO DE
de Saúde de	Impostos e Transf de								AUXILIO FINANCEIRO, CONFORME DECLARAÇÃO DA
Ipumirim	impostos: Saúde								ASSISTENCIA SOCIAL EM ANEXO E PEDIDO DA





Unidade	Fonte de Recurso	Sub	N°	Data	Credor	Valor	Valor	Valor	Histórico
Omaaac	Tonte de Reddiso	Função	Empenho	Empenho	o i cuoi	Empenho	Liquidação	Pagamento	THISTOTICO
						(R\$)	(R\$)	(R\$)	
									SECRETARIA DE SAUDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	650	23/04/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
Ipumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	761	14/05/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
Ipumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1191	24/07/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
Ipumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1310	16/08/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
Fundo Municipal	02 - Receitas de	301	1754	21/11/2012	CIEE-CENTRO DE	502,00	502,00	502,00	PELO PAGAMENTO DE SALARIO A ESTAGIARIO,
de Saúde de	Impostos e Transf de				INTEGRAÇÃO EMPRESA-				CONVENIO FIRMANDO ENTRE O MUNICIPIO E O CIEE,
lpumirim	impostos: Saúde				ESCOLA DO ESTADO				PARA SECRETARIA DE SAÚDE
TOTAL	•	·				5.401,00	5.401,00	5.401,00	

## Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	365	7.673,61	7.673,61	7.673,61
TOTAIS			7.673,61	7.673,61	7.673,61

## Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2012	361	185.909,82	185.909,82	185.909,82
58 - Salário Educação	2012	361	282.440,50	282.440,50	282.440,50
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	361	57.179,17	57.179,17	57.179,17
62 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2012	361	88.171,50	75.566,50	75.566,50
TOTAL			613.700,99	601.095,99	601.095,99





## Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	N° Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho	Valor Liquidação	Valor Pagamento	Histórico
		. 3				(R\$)	(R\$)	(R\$)	
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	112	04/01/2012	TIAGO SBARDELLA	1.035,00	1.035,00	1.035,00	PELA DESPESA EMPENHADA NA CONTRATAÇÃO DE MÚSICO PARA ANIMAR EVENTO EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	371	25/01/2012	COOPERATIVA PRODUÇAO CONSUMO CONCORDIA.	36,00	36,00	36,00	Registro de preço de generos Alimentícios destinados ao Departamento de Obra e demais orgãos da Administração pública. (Licitação Nº: 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	372	25/01/2012	SUPERMERCADO ODILO BONISSONI LTDA	23,00	23,00	23,00	Registro de preço de generos Alimentícios destinados ao Departamento de Obra e demais orgãos da Administração pública. (Licitação Nº: 17/2011-PR)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1070	09/03/2012	COOPERATIVA PRODUÇAO CONSUMO CONCORDIA.	74,00	74,00	74,00	Aquisição de generos alimentícios destinado a secretaria de educação conforme processo licitação pl 27/2011. (Compra Direta Nº 443/2012)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1575	09/04/2012	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	172,05	172,05	172,05	aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. (Licitação Nº : 8/2012-PR)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3289	20/07/2012	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	172,43	172,43	172,43	aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. (Licitação Nº : 8/2012-PR)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3386	26/07/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	490,03	490,03	490,03	aquisição de generos alimenticios para reuniões dos professores da rede municipalde ensino nos dias 18 e 19 de Julho de 2012. (Compra Direta Nº 1381/2012)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3860	27/08/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	43,03	43,03	43,03	aquisição de generos alimenticios para reunião com professores da rede municipal de ensino. (Compra Direta Nº 1553/2012)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4322	27/09/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	129,50	129,50	129,50	aquisição de generos alimenticios destinado as crianças do projeto Adolescente multiplicador realizado pela secretaria de ducação e secretaria de assistencia social. (Compra Direta Nº 1727/2012)
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf	361	4678	01/11/2012	MARCOS MAURICIO HELBING-ME	180,00	180,00	180,00	Importe referente transportes de alunos da APAE, para participar do encontro com educandários das APAES, a ser realizado no dia 27 de





Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	N° Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho	Valor Liquidação	Valor Pagamento	Histórico		
						(R\$)	(R\$)	(R\$)	, ii (0		
Ipumirim	de Impostos: Educação								novembro em concórdia. (Compra Direta Nº 1811/2012)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	366	2947	26/06/2012	ALAERCIO BONISSONI ME	869,00	869,00	869,00	Aquisição de tecido para realização do teatro do programa Moleque bom de Bola Bom na escola, decoração das festividades do Jai, e decoração para realização dos Festival da Canção e decoração para abertura dos jogos do EJA. (Compra Direta Nº 1203/2012)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	00 - Recursos Ordinários	361	2582	06/06/2012	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	174,00	174,00	174,00	aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. (Licitação Nº : 8/2012-PR)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	00 - Recursos Ordinários	361	2982	28/06/2012	HEDIO MEINE	400,00	400,00	400,00	PELA DESPESA EMPENHADA PARA BANDA MUNICIPAL ALFREDO DA ROCHA PARTICIPAR DE EVENTO NA COMUNIDADE DE BONITO - INTERIOR DE IPUMIRIM, com apresentação de contas nos moldes da resolução TC 16/94		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	00 - Recursos Ordinários	361	3082	02/07/2012	TM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	231,50	231,50	231,50	Aquisição de lona para proteção luz das janela do clube 7 de setembro aonde é realizado o teatro do projeto Bom de Bola bom na escola mangueira de agua para secretaria de educação. (Compra Direta Nº 1232/2012)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	00 - Recursos Ordinários	361	4155	17/09/2012	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	84,00	84,00	84,00	aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. (Licitação Nº : 8/2012-PR)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	422	27/01/2012	COOPERATIVA PRODUÇAO CONSUMO CONCORDIA.	108,00	108,00	108,00	Registro de preço de generos Alimentícios destinados ao Departamento de Obra e demais orgãos da Administração pública. (Licitação Nº: 17/2011-PR)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	469	01/02/2012	COOPERATIVA PRODUÇAO CONSUMO CONCORDIA.	96,70	96,70	96,70	Registro de preço de generos Alimentícios destinados ao Departamento de Obra e demais orgãos da Administração pública. (Licitação Nº: 17/2011-PR)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	777	22/02/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	510,00	510,00	510,00	Aquisição de generos alimentícios , para a realização de palestras com professores da rede municipal de ensino, nos dias 07, 08 e 09 de fevereiro de 2012 (Compra Direta Nº 312/2012)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4273	25/09/2012	MERCADO ISANE LTDA- ME	146,58	146,58	146,58	aquisição de generos alimenticios para realização de cursos para as merendeiras, dos colegios da rede municipal de ensino. (Compra Direta Nº 1718/2012)		
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4467	10/10/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	755,50	755,50	755,50	aquisição de generos alimenticios para homenagen ao dia do professor nos nucleos educacionais da rede municipal de ensino. (Compra Direta Nº 1772/2012)		





Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4724	13/11/2012	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	148,00	148,00	148,00	aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. (Licitação Nº : 8/2012-PR)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	366	2294	25/05/2012	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BISCOITOS KINE LTDA EPP	203,52	203,52	203,52	Aquisição de generos alimenticios destinado aos professores de educação fisica da UNC- concórdia para trabalharen na realização dos jogos do EJA. (Compra Direta Nº 959/2012)
Prefeitura Municipal de Ipumirim	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	366	2519	01/06/2012	BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-ME	190,50	190,50	190,50	Aquisição de generos alimenticios para professores de educação fisica da UNC, para mobilização para realização do Dia do Desafio. (Compra Direta Nº 1012/2012)
TOTAL						6.272,34	6.272,34	6.272,34	





## Cálculo detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

	DISPONIE	BILIDADE D	E CAIXA	BRUTA			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA /	Q					
	AJUSTES				Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar	Despesas Liquidadas em 2012			
FR	VALOR REGISTRADO	Aumenta	Diminui	VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	De Exercícios anteriores até o 1º Quadrimestre	2º e 3º Quadrimestres	Não Processados de exercícios anteriores	Não Empenhadas	Inscritas em RP Não Processados	Empenhadas e CANCELADAS	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Cumpriu / Não Cumpriu
RECURSOS VINCULADOS													
12	10.592,90	0,00	0,00	10.592,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.592,90	Cumpriu
16	0,05	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	Cumpriu
18	976,29	0,00	0,00	976,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	976,29	Cumpriu
19	8.219,71	0,00	0,00	8.219,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.219,71	Cumpriu
23	287.891,38	0,00	0,00	287.891,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.891,38	Cumpriu
24	4.656,99	0,00	0,00	4.656,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.656,99	Cumpriu
43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cumpriu
44	6.658,25	0,00	0,00	6.658,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.658,25	Cumpriu
48	457,26	0,00	0,00	457,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,26	Cumpriu
52	17.561,28	0,00	0,00	17.561,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.561,28	Cumpriu
56	20.331,13	0,00	0,00	20.331,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.331,13	Cumpriu
58	7.877,27	0,00	0,00	7.877,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.877,27	Cumpriu
60	19.489,12	0,00	0,00	19.489,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.489,12	Cumpriu
61	4.647,10	0,00	0,00	4.647,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.647,10	Cumpriu
62	12.605,00	0,00	0,00	12.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.605,00	Cumpriu
63	19.856,62	0,00	0,00	19.856,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.856,62	Cumpriu
64	142.204,80	0,00	0,00	142.204,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.204,80	Cumpriu
65	7.392,07	0,00	0,00	7.392,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.392,07	Cumpriu
66	13.017,12	0,00	0,00	13.017,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.017,12	Cumpriu
67	8.884,20	0,00	0,00	8.884,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.884,20	Cumpriu
89	58.240,97	0,00	0,00	58.240,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.240,97	Cumpriu
	RECURSOS OR					·							
0	380.432,63	0,00	0,00	380.432,63	9.534,30	8.690,91	23,30	11.103,34	2.700,00	0,00	0,00	348.380,78	]
1	81.418,07	0,00	0,00	81.418,07	0,00	0,00	17.070,51	0,00	0,00	0,00	0,00	64.347,56	]
2	24.845,26	0,00	0,00	24.845,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.845,26	
T.	486.695,96	0,00	0,00	486.695,96	9.534,30	8.690,91	17.093,81	11.103,34	2.700,00	0,00	0,00	437.573,60	Cumpriu